Portaria da Presidência

Portaria Presidência Nº 162/2017 PRES/DG/SGP/COPEs

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ex vi do art. 20, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo o dia 16 de junho de 2017, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Estado do Tocantins.

Art. 2º Prorrogar os prazos que porventura devam iniciar-se ou terminar nessa data para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 25 de abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADORA ANGELA PRUDENTE, Presidente**, em 10/05/2017, às 12:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-to.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0633732** e o código CRC **145F277D**.

Atos da Corregedoria

Atos diversos

Decisão

PROCESSO: 0007965-50.2017.6.27.8060

INTERESSADO: DYANNA DEISE LIMA MARTINS

15ª ZE/TO

ASSUNTO: Coincidência 2DTO1702448268

Decisão nº 4773 / 2017 - CRE/COJCRE/SEFISCRE

Trata-se de agrupamento em coincidência entre a inscrição eleitoral **041391262780**, pertencente à circunscrição da 15ª ZE/TO e registro constante da Base de Perda e Suspensão, ambos em nome de **DYANNA DEISE LIMA MARTINS**, conforme espelhos encartados nos eventos 0634289, 0634290, 0634291, 0634292.

Instado a prestar informações, o Juízo da 15ª ZE/TO juntou documentação 0642231e apresentou esclarecimentos 0641319.

Da análise das informações e documentos constantes dos autos, infere-se tratar-se de uma mesma pessoa natural.

Nessa hipótese, para a regularização da inscrição eleitoral é exigida a comprovação de ter cessado a causa de suspensão dos direitos políticos, nos termos do artigo 52 da Res. TSE nº 21.538/03.

Todavia, verifica-se que o eleitor encontra-se interdito judicialmente conforme comunicação juntada aos autos 0642231 e assentamentos na base da justiça eleitoral (0634292).

É cediço que, com a edição da Lei nº 13.146/15, a deficiência mental deixou de configurar incapacidade civil absoluta, parando de obstacularizar alistamento eleitoral.

Contudo, ao enfrentar os autos PA nº 114-71 (0389259), que apreciam a aplicabilidade da referida lei no âmbito da justiça eleitoral, o TSE posicionou-se pela necessidade de ato de restabelecimento exarado pela justiça comum para o indivíduo que fora interdito civilmente antes da inovação legal. Que representa com exatidão a hipótese dos autos.

Por outro lado, verifica-se que não fora efetivado levantamento da interdição, conforme extrai-se das diligências realizadas pela 15ª ZE/TO, o que constitui óbice ao atendimento eleitoral.

Ante o exposto, determino a atualização da coincidência no sistema Elo, de modo a manter ativo o respectivo registro na Base de Perda e Suspensão e cancelar a operação de RAE.

Após, juntem-se aos autos espelhos das situações atualizadas.

Em seguida, remeta-se ao Juízo da 15ª ZE/TO, para conhecimento e notificação do eleitor.

Cumpra-se.

Publique-se.

Palmas, 8 de maio de 2017.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Corregedora Regional Eleitoral do Tocantins

Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA, Corregedora Regional Eleitoral**, em 09/05/2017, às 17:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-to.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0643305** e o código CRC **3C244C97**.

Decisão

PROCESSO: 0008589-02.2017.6.27.8060

INTERESSADO: NILMAR ALVES DE MENEZES

30ª ZE/TO

ASSUNTO: Coincidência 2DTO1702451793

Decisão nº 4704 / 2017 - CRE/COJCRE/SEFISCRE

Trata-se de agrupamento em coincidência entre a inscrição eleitoral nº **037572392739**, pertencente à circunscrição da 30ª Zona Eleitoral, e registro constante da Base de Perda e Suspensão atribuídos a NILMAR ALVES DE MENEZES/NILMAIR ALVES DE MENEZES, conforme espelho encartado no evento 0637697.

Notificado para tanto, o Juízo da 30ª Zona Eleitoral apresentou informações as quais restaram juntadas no evento 0639635.